

balanço PATRIMONIAL

Balance sheet

Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Balanços Patrimoniais (Valores expressos em Reais)

Ativo Circulante	Notas Explicativas	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixas - recursos próprios	5(a)	932.920	579.246
Caixa e equivalentes de caixas - recursos restritos	5(b)	2.508.115	3.692.714
Clientes	6	730.151	317.254
Estoques	7	572.849	617.082
Outros créditos	8	568.579	430.580
		5.312.614	5.636.876

Não circulante

Imobilizado	9	3.539.584	5.806.575
Intangível	10	443.136	90.650
		3.982.720	5.897.225
Total do ativo		9.295.334	11.534.101

Passivo e patrimônio líquido

Líquido Circulante	Notas Explicativas	2017	2016
Fornecedores		338.927	389.694
Fornecedores de convênios e leis de incentivo			93.728
Salários e encargos sociais		502.765	493.745
Provisões de férias e encargos	4(h)	601.364	740.053
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	15	2.755.265	3.309.937
Projetos próprios a realizar	16	37.641	306.099
Financiamentos	11	560.000	244.534
Outros débitos		-	2.385
		4.795.962	5.580.175

Não circulante

Receitas diferidas		22.629	74.770
Provisão para demandas judiciais	12	44.831	160.174
Financiamentos	11	370.000	110.000
		437.460	344.944

Patrimônio líquido

Patrimônio social	13	5.494.515	4.992.638
Superávit / (Déficit) do exercício	14	(1.432.603)	616.344
		4.061.912	5.608.982
Total do passivo e patrimônio líquido		9.295.334	11.534.101

Demonstração dos Fluxos de Caixas

(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016 (reapresentado)
Superávit / (Déficit) do período	(1.432.603)	616.344
Ajustado por:		
Depreciações e amortizações	769.019	768.389
Impairment	1.930.531	-
Provisão para obsolescência dos estoques	12.342	-
Provisão para contingências trabalhista	(115.343)	-
Ganho/ Perda venda imobilizado	48.706	4.013 (a)
Juros passivos (apropriados)	69.491	69.316 (a)
Outros	73.426	-
Superávit / (Déficit) do período ajustado	1.335.569	1.458.062

Variação dos ativos

Clientes	(412.897)	462.384
Convênios e subvenções a receber	-	147.405
Estoques	31.891	163.655
Outros créditos	(137.999)	10.169

Variação dos passivos

Fornecedores	(144.495)	(401.121)
Salários e encargos sociais	9.020	(58.905)
Provisões de férias e encargos	(138.689)	28.225
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	(554.672)	(750.868)
Projetos próprios a realizar	(268.458)	251.299
Outros débitos	(54.526)	(51.615)

Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	(1.670.825)	(199.372)
--	--------------------	------------------

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Investimentos coligadas/ incorporação	(187.893)	30.000
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(863.554)	(687.946) (a)
Recebimento venda ativo	29.803	16.000 (a)

Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(1.021.645)	(641.946)
Adiantamentos recebidos	300.000	-
Captações de empréstimos e financiamentos	450.000	410.000 (a)
Amortização do principal e juros	(244.026)	(480.732) (a)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades financiamentos	505.974	(70.732)
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	(830.926)	546.012
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	4.271.960	3.725.948
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	3.441.034	4.271.960
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	(830.926)	546.012

Demonstrações dos Resultados (Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Receitas operacionais com restrição	Notas Explicativas	2017	2016 (reapresentado)
Projetos patrocinados	15(a)	555.594	461.489
Lei rouanet e Proac	15(b)	4.203.102	4.854.828
Convênios e subvenções	16	740.802	639.123
		5.499.498	5.955.440

Sem restrição

Doações e campanhas	17	5.994.101	5.141.017
Venda de bens e serviços	18	540.249	1.394.512
Locação		13.297	16.800
Outras receitas		63.835	545.684
Isonomia da cota patronal	19	1.685.779	1.254.170
Trabalho voluntário	20	460.072	549.834
Gratuidades recebidas	21	4.020.505	2.469.577
		12.777.838	11.371.594

Total das receitas

Despesas operacionais / com restrição			
Desp com projetos patrocinados	15(a)	(555.594)	(461.488)
Execução de convênios	15(b) e 16	(4.943.904)	(3.582.448) (a)
		(5.499.498)	(4.043.936)

Sem restrição

Pessoal, encargos e benefícios	24 a	(4.180.511)	(3.547.563)
Despesas administrativas	24 b	(966.632)	(3.619.208)
Contrapartida de uso de imóvel	23	(24.377)	(13.203)
Impostos, taxas e contribuições		-	(35.428)
Depreciação e amortização		(769.091)	(768.389)
Impairment	9	(1.930.531)	-
Isonomia da cota patronal	19	(1.685.779)	(1.254.170)
Trabalho voluntário	20	(460.072)	(549.834)
Contrapartida gratuidades recebidas	21	(4.020.505)	(2.469.577)
		(14.037.498)	(12.257.372)

Total das despesas

Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		(19.536.996)	(16.301.308)
Resultado financeiro	25	(172.943)	1.025.726
Superávit / (Déficit) dos períodos		(1.432.603)	(409.382)

Demonstração dos valores adicionados

(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Receitas	2017	2016 (reapresentado)
Convênios e subvenções	555.594	461.489
Lei rouanet e Proac	4.203.102	4.854.828
Doações e campanhas	5.994.101	5.141.017
Projetos patrocinados	740.802	639.123
Venda de bens e serviços	2.430.366	4.245.331 (a)
Gratuidades recebidas	4.020.505	2.469.577
Locação	13.297	16.800
Outras receitas	63.835	545.684
	18.021.602	18.373.849

Insumos adquiridos de terceiros

Custos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.890.117)	(2.850.819)
Valor adicionado bruto	16.131.485	15.523.030
Depreciações e amortizações	(769.091)	(768.389)
Impairment	(1.930.531)	-
Valor adicionado produzido pela entidade	13.431.863	14.754.641

Valor adicionado recebido/cedido em transferência

Rendimento aplicação financeira	16.765	17.749 (a)
Valor adicionado total a distribuir	13.448.628	14.772.390

Distribuição do valor adicionado		
Pessoal, encargos e benefícios	4.180.511	3.547.563
Execução de convênios	4.943.904	3.582.448
Despesas administrativas	966.632	3.619.208 (a)
Contrapartida de uso de imóvel	24.377	13.203
Projetos patrocinados	555.594	461.488
Impostos, taxas e contribuições	-	35.428
Contrapartida gratuidades recebidas	4.020.505	2.469.577
Resultado financeiro	189.708	427.131 (a)
Superávit / (Déficit) do período	(1.432.603)	616.344
	13.448.628	14.772.390

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em reais com centavos suprimidos)

Patrimônio	Superávit / (Déficit) Social do período		Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.992.638	616.344	5.608.982
Incorporação ao patrimônio social	616.344	(616.344)	-
Ajuste consolidação exercício anterior	73.426	-	73.426
Incorporação resultado DNA	(187.893)	-	(187.893)
Déficit do período	-	(1.432.603)	(1.432.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.494.515	(1.432.603)	4.061.912

Notas explicativas

1. Contexto operacional:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30.

A Fundação possui os seguintes certificados:

- Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69;
 - Portadora de CEBAS conforme Portaria nº 203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.
- De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

A Fundação foi controladora da DNA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A, desde 12 de fevereiro de 2016. O CNPJ da DNA era 24.155.170/0001-03, e tinha como objeto social:

- I - Produção, industrialização, editoração, impressão, distribuição, divulgação e comércio, por qualquer mídia e meio, de livros em formato braile, audiolivros e livros digitais e de material gráfico acessível para pessoas com deficiência visual;
 - II - Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial em acessibilidade;
 - III - Produção, comércio e indústria de materiais tifológicos;
 - IV - Outras atividades correlatas relacionadas a acessibilidade.
- A ata de assembleia extraordinária realizada em 08 de Agosto de 2017 consta as deliberações tomadas em relação ao fechamento da empresa DNA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A e encerramento de suas atividades, retornando as operações da Sociedade a Fundação Dorina Nowill para Cegos. Todo o patrimônio da sociedade foi incorporado pela Fundação. A ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o número 414.337/17-7.

A incorporação ocorreu em 14 de setembro de 2017. O valor total do ativo líquido incorporado em reais, apurado com base no balanço encerrado em 14 de setembro de 2017 foi composto da seguinte forma:

Ativo circulante	448.810
Disponibilidade	111.473
Contas a receber	261.043
Adiantamentos	19.380
Impostos a compensar	5.053
Estoques	51.862
Ativo não circulante	150.000
Intangíveis	150.000
Total do Ativo	598.810
Passivo circulante	786.704
Empréstimos e financiamentos	19.768
Obrigações com pessoal	6.401
Provisões trabalhistas	-
Encargos sociais e previdenciários	54.768
Obrigações tributárias a recolher	90.812
Outras obrigações	614.955
Patrimônio Líquido	(187.893)
Capital social	289.535
Reservas de lucros	(5.699)
Prejuízos acumulados	(471.729)
Total Passivo + PL	598.810

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 2017 da Fundação seguem s a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Financeiras, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações

financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Clientes - PDD
 - Nota 9 e 10 - Imobilizado e Intangível - revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível
 - Nota 12 - Provisões para demandas judiciais
- A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 02 de Abril de 2018.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbc itg 2000):

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas financeiras adotadas:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos

d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

e) O imobilizado e intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação.

f) Provisões: Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i)Receitas:

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

- Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

- Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

- Venda de bens e serviços

A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

- Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

j) Estimativas financeiras: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

l) Demonstração do Fluxo de caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

m) Recursos com restrição: A contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e receber, à realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Recetas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

	2017	2016
a) Recursos sem restrições	6.755	5.037
Caixa	133.330	125.882
Banco conta movimento	792.835	448.327
Aplicações financeiras	932.920	579.246
b) Recursos com restrições	2.017	2.016
Banco conta movimento	1.294.244	2.299.578
Aplicações financeiras	1.213.871	1.393.136
	2.508.115	3.692.714

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. Clientes a receber:

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo. Em 2016 foi contabilizado a Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa (PELCD) e em 2017, o valor foi de fato considerado como perda. Como o saldo já estava provisionado desde 2016, não teve efeito no resultado.

	2017	2016
Outlet a receber	14.795	347.206
Clientes a Receber	108.961	271.912
Nota fiscal paulista	293.402	-
Mantenedores a receber	312.993	-
Outros valores a receber	-	17.222
(-) Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa	-	(319.086)
	730.151	317.254

	Outlet	Clientes	NFP	Mantenedores	Total
A vencer	14.178	79.247	293.402	312.993	699.821
Vencidos 00 a 30	617	24.131	-	-	24.747
Vencidos 31 a 60	-	832	-	-	832
Vencidos 61 a 90	-	4.183	-	-	4.183
Vencidos 91 a 180	-	567	-	-	567
	14.795	108.961	293.402	312.993	730.151

	2017	2016
7. Estoques:		(reapresentado)
Matéria prima	210.149	69.527
Material para revenda	139.257	408.944 (a)
Outlet	87.031	92.739
Estoque poder de terceiros	148.754	45.872 (a)
Provisão para obsolescência	(12.342)	-
	572.849	617.082

	2017	2016
8. Outros créditos:		
Adiantamento de pessoal	30.979	32.555
Adiantamento de fornecedores	151.514	60.429
Imposto a recuperar IPI / IRRF	337.487	335.880
Depósitos judiciais (nota 12)	44.831	-
Prêmio de seguros	3.768	1.716
	568.579	430.580

	2016	Transferências/			2017
Movimentação dos custos	Saldo final	Adições	Baixas	Impairment	Saldo final
Imóveis	2.743.794	-	-	-	2.743.794
Móveis e utensílios	464.982	42.007	(395)	-	506.594
Máquinas e equipamentos	3.358.973	53.537	(13.119)	(1.212.197)	2.187.194
Matrizes	1.942.813	196.869	(493.258)	-	1.646.424
Biblioteca	2.847.903	130.319	-	(901.111)	2.077.111
Equipamentos de informática	607.079	78.160	(66.970)	-	618.269
Instalações	266.198	-	-	-	266.198
Benfeitorias	-	-	-	428.118	428.118
Imobilizado em andamento	428.117	127.500	-	(428.118)	127.499
	12.659.859	628.392	(573.742)	(2.113.308)	10.601.201

	2016	2017				
Movimentação das depreciações	Taxa a.a. %	Saldo final	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
Imóveis	4	(1.903.726)	(109.752)	-	-	(2.013.478)
Móveis e utensílios	10	(272.874)	(34.765)	332	-	(307.307)
Máquinas e equipamentos	10	(1.714.096)	(81.702)	-	-	(1.795.798)
Matrizes	10	(1.442.300)	(143.380)	449.189	-	(1.136.491)
Benfeitorias	10	-	(17.125)	-	-	(17.125)
Biblioteca	10	(998.555)	(178.564)	-	-	(1.177.119)
Equipamentos de informát.	10	(387.110)	(111.729)	45.783	-	(453.056)
Instalações	10	(134.623)	(26.620)	-	-	(161.243)
		(6.853.284)	(703.637)	495.304	0	(7.061.617)
Imobilizado líquido		5.806.575	(75.245)	(78.438)	(2.113.308)	3.539.584

No exercício de 2017 foram encontradas algumas evidências de impairment para determinados ativos do imobilizado. Os respectivos saldos foram baixados para o resultado como perda por não recuperabilidade.

	Efeito	Efeito	Total
Demonstração Transferências e Impairment	Resultado	Intangível	Total
Máquina	1.212.197	-	1.212.197
Biblioteca (livros)	718.334	182.777	901.111
Total	1.930.531	182.777	2.113.308

10. Intangível:

	2016	2017				
Movimentação dos custos	Saldo final	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final	
Software e programas	422.451	235.162	0	182.777	840.391	
Movimentação das amortizações	2016			2017		
	Taxa a.a. %	Saldo final	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
Software e programas	20	(331.801)	(65.454)	0	-	(397.255)
Intangível líquido		90.650	169.708	0	182.777	443.136

11. Financiamentos

	Taxa	2017	2016
Empréstimos em moeda nacional	25,95% a.a.	630.000	349.168
Adiantamentos recebidos*	-	300.000	-
Outros		-	5.367
		930.000	354.535
Circulante	-	560.000	244.535
Não circulante	-	370.000	110.000
* Esse montante refere-se ao adiantamento recebido indevidamente pela empresa Suzano Papel e Celulose. Cronograma de pagamentos			
	Ano	Montante	
	2018	410.000	
	2019	82.500	
	2020	137.500	
	Total	630.000	

(a) Alguns valores no exercício de 2016 foram corrigidos e reapresentados para melhor comparabilidade com o exercício de 2017.

12. Provisão para demandas judiciais

	Previdenciária e trabalhista (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	160.174	160.174
Adições	-	-
Pagamentos	-	-
Reversões	-	-
Atualização monetária	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	160.174	160.174
Adições	-	-
Pagamentos	-	-
Reversões	(115.343)	(115.343)
Atualização monetária	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.831	44.831

(i) A Entidade possui 01 processo de reclamação de estabilidade provisória. Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação mantém uma provisão no montante de R\$44.841 (R\$160.174 em 31 de dezembro de 2016). Há um depósito judicial realizado em maio de 2017, atrelado a

este processo e a uma multa por pagamento em atraso da folha. O montante de processos classificados pelos nossos assessores legais com probabilidade de perda possível é de R\$ 51.511,76.

13. Patrimônio líquido:

É apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

14. Resultado do período:

O déficit do período (superávit em 2016), em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

15. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar:

Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a. Fumcad

Incluindo o Centro de Memória Dorina Nowill para Cegos 026/2017 O projeto busca promover 200 visitas educativas à exposição de longa duração "E tudo começou assim: ações, projetos e histórias que mudaram a vida das pessoas com deficiência visual" e às instalações da Fundação Dorina Nowill para cerca de 7.000 crianças e adolescentes (07 e 17 anos de idade) das escolas públicas do município de São Paulo, ampliando a rede de atendimento para estudantes, bem como acesso à atividades educativas e culturais sobre o tema da inclusão social, cidadania e direitos das pessoas com deficiência. Os estudantes recebem material educativo em formato acessível (áudio, braille e tinta) que trata da temática.

• Coleção Série Dorina Nowill 046/2017

O projeto visa a elaboração e distribuição de 1.000 exemplares da Série Dorina Nowill, composta por 5 títulos relacionados à deficiência visual com o objetivo de dar apoio aos educadores, professores, familiares e profissionais que atuam junto à criança e ao adolescente com baixa visão ou cegueira. Como ação complementar, o projeto propõe palestras de capacitação sobre a mesma temática para reforçar o entendimento e sanar dúvidas sobre o conteúdo do material.

b. Secretaria Municipal da Cultura:

Subvenção nº 01/2014/SMC processo nº 2002-0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para biblioteca Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas das Sec. Munic. Da Cultura.

c. Lei Rouanet:

• Pronac 149237: Coleção Regionais - A cultura brasileira em suas expressões
• Pronac 154541: Semeando Leitura
• Pronac 164590: Rede de livros e leitura inclusiva 2017

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto no Imposto de Renda de 4%, sobre o valor devido. O projeto de captação através deste incentivo (IR) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/Dayse/EPUB3) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura, lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

d. Proac ICMS

• Leitura Digital Acessível
• Leitura para todos

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o abatimento de até 3% do valor devido do ICMS. O projeto de captação através deste incentivo (ICMS) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (Daisy), para cultura, lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais a oportunidade de ler títulos atualizados.

e. PRONAS/PCD:

• Acessibilidade do Atendimento para Pessoas com Deficiência

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução de até 1% do imposto de renda devido que for doado ao PRONASPCD. O projeto de captação através deste incentivo (IR) tem por objetivo

adequar às instalações da entidade às normas de acessibilidade previstas no Desenho Universal, permitindo que as mais de 650 pessoas com deficiência visual atendidas nos serviços de habilitação e reabilitação mensalmente possam se locomover com autonomia e segurança nas dependências da instituição. Além disso, permitirá que 8.000 visitantes do Centro de Memória - espaço expositivo e de capacitação para professores sobre inclusão e acessibilidade - sejam recebidos adequadamente, uma vez que grande parte das áreas comuns não estão adequadas ao Desenho Universal.

f. CONDECA

• Conquistando a autonomia e independência - 570/2016
O projeto tem como objetivo promover a autonomia e independência a 220 crianças e adolescentes com deficiência visual e suas famílias por meio de atendimentos especializados como programas de Intervenção precoce, apoio a educação especial, complementação educacional, orientação psicológica a família e escola. Além do desenvolvimento da independência da criança e adolescente e contato afetivo social, a partir de um ambiente que favoreça o convívio social extrafamiliar, ampliando as possibilidades de experiências e de contato consigo, com o outro e com o ambiente que o cerca.

15. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar (continuação)

	Saldo em	Repasses	Gastos	Devol.	Saldo em
	31/12/2016				31/12/2017
Fundação Prada	53.965	0	0	(53.965)	0
Projeto IHF	5.748	0	0	(5.748)	0
Instituto OMETTO	125.255	317.621	(9.799)	0	433.077
Outros Projetos e parcerias	0	546.822	(545.795)	0	1.027
a) Projetos Patrocinados	184.968	864.443	(555.594)	(59.713)	434.104
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	17.200	0	0	0	17.200
PROAC	85.778	206.620	(142.967)	0	149.431
PRONAS	165.035	100.548	(160.628)	0	104.955
PRONAC Regionais	1.707.540	3.215.073	(2.736.841)	(138.062)	2.047.710
PRONAC 15 Semeando a leitura	1.149.416	15.115	(1.162.666)	0	1.865
b) Lei Rouanet e Proac	3.124.969	3.537.356	(4.203.102)	(138.062)	2.321.161
	3.309.937	4.401.799	(4.758.696)	(197.775)	2.755.265

16. Projetos próprios a realizar:

	Saldo em	Repasses	Gastos	Devol.	Saldo em
	31/12/2016				31/12/2016
FUMCAD	9	532.888	(532.888)	0	9
Sec. Direitos Humanos da Pres	36.495	0	0	(66.495)	0
CONDECA	239.595	5.951	(207.914)	0	37.632
17. Doações e campanhas:	306.099	538.839	(740.802)	(66.495)	37.641

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	2017	2016
Campanhas e eventos	4,356,473	4,199,465
Donativos bancários	887,178	304,136
Nota fiscal paulista	708,766	457,672
Donativos em espécie	41,684	179,744
	5,994,101	5,141,017

18. Vendas de serviços:

	2017	2016
Impressão, transcrição e vendas	1,410,723	2,235,683
Curso, palestras e treinamentos	36,479	55,362
Gravação digital, livro falado	926,982	1,830,195
Publicações	35,079	51,163
Consultoria, revisão e audio descrição	21,103	50,347
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(1,890,117)	(2,828,238)
	540,249	1,394,512

19. Contribuições Sociais - Isenção Usufruída:
Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	2017	2016
Cota Patronal Previdenciária	1.470.767	1.027.385
Cofins	215.012	226.785
	1.685.779	1.254.170

20. Trabalho Voluntário:

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntário. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 460.072 (R\$ 549.834 em 2016).

21. Gratuidades recebidas:

A Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	2017	2016
Fundação Cásper Líbero	-	2,159,783
Rádio Gazeta FM	307,048	-
Rádio Transcontinental	47,850	-
TV/WEB Gazeta	2,918,122	-
Rádio Cultura	370,620	116,580
Rádio Alfa FM	177,360	122,214
Rádio Mix	78,080	71,000
Rádio Antena 1	12,145	-
	4,020,505	2,469,577

22. Assistência Social - Gratuidades concedidas:

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentadas. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: I - prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; II - quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; III - demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e IV - disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência do CRAS.

22.1 - Formalização dos Projetos Sociais:

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a. Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:

Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2016 realizamos 27.763 mil atendimentos e 1.128 pessoas foram reabilitadas e em 2017 realizamos 23.234 mil atendimentos e 1.324 pessoas foram reabilitadas.

23. Contrapartida de uso do imóvel:

De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel sito à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP. Cursos para professores e educadores e atendimento educacional especializado gratuito, sendo duas (2) turmas do curso "O aluno com Baixa Visão no Ensino Regular" com vagas para 60 professores e gestores da Rede Municipal de Ensino. A temática sobre a Baixa Visão é solicitada pela própria secretaria de educação.

24. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

a. Pessoal encargos e benefícios:

	2017	2016
Salários	2.147.762	1.789.050
Férias	670.329	318.421
Décimo terceiro	415.047	321.300
FGTS e INSS	498.258	582.318
Refeição	160.472	261.088
Assistência médica	183.961	182.656
Outros	104.682	92.730
	4.180.511	3.547.563

b. Despesas administrativas

	2017	2016
Correio	127.000	489.286
Telefone	23.068	89.387
Veículos	997	3.841
Conservação e reparos	7.889	30.392
Água, gás e luz	43.334	170.050
Sistemas	148.157	570.776
Segurança e limpeza	77.680	299.264
Assessoria e serviços	403.191	1.433.412
Comunicação e divulgação	104.111	401.088
Promocões e eventos	31.205	15.216
Outros	-	116.496
	966.632	3.619.208

25. Resultado Financeiro:

Rendimentos de aplicação financeira	16.765	17.749
Varição monetária	(3.266)	(8.878)
Despesas bancárias	(217.606)	(292.292)
Juros Passivos	(71.083)	(118.380)
Outros fins	102.248	(7.581)
	(172.943)	(409.382)

26. Imunidade tributária:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados.

26.1. Característica da Imunidade:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º, do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

27. Seguros contratados:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Seguro Predial - apólice 953004207 - vencimento 03/11/2018
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores E Diretores (D&O) - apólice - 517720173Q100001030 - vencimento 16/05/2018
Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir

conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade.

28. Instrumentos financeiros:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi demonstrado na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

São Paulo, 31 de dezembro de 2017.

Alexandre Munc - Superintendente - CPF - 178. 235.238-41

Rogério Gerlah Paganatto - Contador - CRC ISP 131987/O-3

Quality Associados - CRC 25P 023806/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dorina Nowill Para Cegos ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2018.

Hirashima & Associados - Auditores Independentes -

CRC-25P025496/O-4

Taiki Hirashima - Contador - CRC-ISP056189/O-1

Poliana de Oliveira Hespagnol de Andrade - Contador

CRC-ISP258022/O-1

Parecer Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Dorina Nowill para Cegos no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância com o relatório dos auditores independentes emitido pela Hirashima & Associados Auditores Independentes, que examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 02 de abril de 2018.

Eduardo Oliveira - CPF 790.919.628-87

Fernando Augusto Trevisan - CPF 292.331.408-57

Marcelo José Pires - CPF. 063.934.218-35